



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
COORDENAÇÃO DE CURSO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA - PARFOR
CAMPUS SOUSA

JEAN DE ANDRADE

ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DO LIVRO DIDÁTICO DE
EDUCAÇÃO FÍSICA

SOUSA/PB

2017

JEAN DE ANDRADE

**ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DO LIVRO DIDÁTICO DE
EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física (PARFOR) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Sousa como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Educação Física.

Orientador: Me. Fábio Marques Bezerra

SOUSA/PB

2017

*Dedico este trabalho à minha esposa: Kattarina, pelos importantes estímulos;
e à minha filha: Kamily, pelas horas tomadas do mútuo convívio.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e força para conseguir superar todas as dificuldades.

À pessoa do Me. Richardson Correa Marinheiro, onde em seu nome expresso aqui toda a minha gratidão à Instituição de Ensino, ao seu corpo docente, à direção e à administração, que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, elevado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao meu orientador, o Me. Fábio Marques Bezerra, pelo auxílio, mesmo no pouco tempo que lhe coube, pelas correções e incentivos.

Aos meus pais, pelo amor, apoio e incentivo incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

O tema apresentado define-se na reflexão sobre a adesão de um programa de ensino voltado à Educação Física Escolar, para, entre outras ações, dar origem à criação/adoção de livros didáticos destinados a suprir pelo menos parte das necessidades de cada ano escolar. Assim, o presente trabalho buscou refletir sobre a importância de um programa de ensino para a Educação Física e a necessidade da criação/adoção de livros didáticos destinados à disciplina. Metodologicamente se configurou como uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, e conforme constatado nas análises, a utilização de livros didáticos poderá auxiliar professores de Educação Física em seus planejamentos, permitindo, assim, um ensino-aprendizagem de forma sistemática e organizada, com a definição de assuntos que possam dar aos estudantes condições para o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, socioafetivas e físicas.

PALAVRAS – CHAVE: Livro didático; Educação Física Escolar; programa de ensino.

ABSTRACT

The theme presented is defined in the reflection about the adhesion of an educational program focused on School Physical Education, among other actions, giving rise to the creation / adoption of textbooks designed to attend to at least part of the needs of each school year. Thus, the present work sought to reflect on the importance of an educational program for Physical Education and the need for creation / adoption of textbooks intended for the discipline. Methodologically, it was configured as a qualitative bibliographical research, and as verified in the analyzes, the use of textbooks can help Physical Education teachers in planning, thus allowing a teaching-learning in a systematic and organized way, with the definition of subjects that can give students the conditions to develop their cognitive, socio-affective and physical abilities.

KEY WORDS: Textbook; School Physical Education; teaching program.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 07 |
| 2. A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR | 09 |
| 3. REVISITANDO OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN) E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) | 12 |
| 5. O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR | 15 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 19 |
| 6. REFERÊNCIAS | 20 |

1. INTRODUÇÃO

Estudos indicam que a falta de critérios objetivos na escolha de conteúdos para as aulas de Educação Física é, sem dúvida, um dos principais problemas enfrentados pela disciplina dentro das instituições de ensino. A falta de infraestrutura escolar, material didático inadequado e planejamentos obsoletos, entre outros, resultam em aulas em que os professores usam suas preferências ou o que lhes é mais conveniente ensinar, e não os conteúdos que seriam adequados/apropriados às suas turmas.

Embora as reflexões sobre a organização, sistematização, criação e implementação de programas de ensino voltados para Educação Física tenha crescido, a realidade é que quase nada saiu do papel ou das mesas de discussões.

O tema apresentado define-se na reflexão sobre a adesão de um programa de ensino totalmente voltado à Educação Física Escolar, para, entre outras ações, dar origem à adoção ou criação de livros didáticos destinados a suprir pelo menos parte das necessidades de cada ano escolar.

Por ser uma disciplina ainda conduzida, na maioria das vezes, por pessoas sem a devida formação acadêmica, raras vezes ou é inexistente a discussão sobre quais são os conteúdos a serem trabalhados, levando-se em conta alguns pontos considerados imprescindíveis para o desenvolvimento satisfatório das capacidades e habilidades de cada aluno. Além disso, a disciplina não dispõe de livros didáticos ou qualquer material que justifique a elaboração de aulas com intencionalidade, ou seja, a Educação Física Escolar, ao contrário do que se debate nos cursos acadêmicos, parece que continua sendo uma disciplina sem metodologia definida, onde cada professor define o que para ele é melhor ensinar. Não existem nos planejamentos escolares as trocas de experiências, justamente por, na maioria das escolas, não haver objetivos a serem alcançados, ocasionando um entendimento, por parte do senso comum, que as aulas de Educação Física são meras reproduções de práticas esportivas ou um momento de recreação.

O que motivou o desenvolvimento deste trabalho foi uma grande inquietação sobre a questão da maior parte das escolas, por vários estados, não terem um programa de ensino da Educação Física, incidindo na questão de sua valorização enquanto disciplina e área de conhecimento. Se se entender que as práticas corporais são realmente importantes para a formação do indivíduo, tanto quanto aprender a ler, escrever e contar, então, concluí-se que a Educação Física precisa do mesmo tratamento, ou seja, a organização e sistematização de

seus conteúdos, para que sirvam de norte aos professores. Esses assuntos precisam ser escolhidos baseados em critérios que pertencem a quem é da área, pois precisam respeitar vários aspectos necessários ao desenvolvimento e à formação dos alunos.

Neste ponto, faz-se necessário questionar: *Como a adoção de livros didáticos para a Educação Física pode auxiliar na escolha de conteúdos adequados e na formulação de um programa de ensino da disciplina?* Esta escolha deve acontecer partindo de princípios educativos, com professores que devem possuir uma boa base de pesquisa para ter uma noção clara sobre os seus compromissos e as estratégias a serem utilizadas com os seus alunos, garantindo assim os seus direitos de aprendizagem.

Para elucidar sobre essa questão, o presente trabalho tem como objetivo geral refletir sobre a importância de um programa de ensino para a Educação Física a partir da necessidade da criação/adoção de livros didáticos destinados a cada ano escolar. E os objetivos específicos são: a) destacar o contexto da Educação Física Escolar, enfatizando o planejamento curricular; b) compreender o lugar da Educação Física a partir de documentos educacionais legais; e c) refletir sobre a necessidade de criação/adoção do livro didático para a Educação Física.

Para um melhor tratamento dos objetivos e apreciação desta pesquisa, configurada como qualitativa, detectou-se a necessidade da revisão bibliográfica, no momento em que se fez uso de materiais já elaborados: livros, artigos científicos e documentos eletrônicos, na busca e alocação de conhecimentos sobre a criação/adoção de livros didáticos na Educação Física Escolar, relacionando tais conhecimentos com abordagens já trabalhadas pela literatura da área, no intuito de propor uma análise das diversas posições envolvidas num problema (GIL, 2007).

Assim, o problema foi direcionando a pesquisa para a área de escolha dos conteúdos a serem ministrados no âmbito da Educação Física Escolar, e ainda seguindo os pressupostos da pesquisa bibliográfica, para a compreensão da necessidade de livros didáticos nesta área do conhecimento e destinados a cada ano escolar.

Desta forma, esta pesquisa busca elucidar alguns pontos para o desempenho de um bom trabalho com a disciplina de Educação Física a partir da análise sobre a necessidade do livro didático, sem esquecer a importância que todos os envolvidos no processo educacional devem compartilhar dos mesmos objetivos, de modo a contribuírem no desenvolvimento do principal do processo de ensino: o aluno.

2. A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Diante da própria vivência e pela situação atual das aulas de Educação Física, é preciso refletir sobre o presente e o futuro da disciplina dentro das instituições de ensino. Há várias décadas, o professor é visto apenas como expectadores de discussões sobre a Educação Física Escolar: análises em torno de como era, como é e como deveria ser as aulas; quais conteúdos devem ou não ser trabalhados na escola; que metodologias de ensino e modelos de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Não se pode negar que a Educação Física sempre teve influências do período histórico que passava, e, para Darido (2003), isso acabava por refletir em seus pensamentos e nas ações pedagógicas, sendo, por muito tempo, considerada como preparatório militar, aula recreativa ou treinamento esportivo.

Ao longo dos anos, a Educação Física vinha passando por algumas transformações, e a partir dos anos 1980, por uma corrente denominada como “Movimento Renovador”, além de conteúdos voltados aos esportes, passou a trabalhar com outras manifestações culturais como a dança, a ginástica, o jogo e as lutas. No ano de 1996, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Educação Física deixa de ser vista como área de atividade e passou a ser considerada componente curricular, sendo apresentado neste momento conteúdos a serem propostos na escola (BRASIL, 1996).

Mesmo assim, com todas essas mudanças, a falta de profissionais formados atuando, e ainda profissionais formados com metodologias e concepções ultrapassadas, continuam, o que faz com que as aulas sejam conduzidas de forma negativa e a disciplina perca a sua legitimidade dentro dos sistemas de ensino. Além disso, contribuem com esse quadro negativo da disciplina, a falta de planejamento, a metodologia do “dar a bola”, a escolha inadequada de conteúdos, o material didático inadequado e a desorientação pedagógica

Observando-se a realidade que a Educação Física ocupa na escola, constata-se um componente curricular sem uma clara definição de sua função no contexto educacional. Isto tem gerado uma prática pedagógica sem sua especificidade devidamente caracterizada e, por isso mesmo, com dificuldade de interagir com outras disciplinas curriculares. Além disso, como afirma Darido (2003), frequentemente se observa a existência de uma prática carente de fundamentação teórica que oriente os procedimentos didático-pedagógicos.

Este problema se torna evidente ao serem analisadas as aulas, pois ainda não se tem definido dentro das escolas os objetivos a serem alcançados pela disciplina, deixando a cargo

dos professores a escolha de quais assuntos devem ou não ser aplicados, ficando clara a definição de pontos que lhes são mais convenientes (BRASIL, 1996). Diferentemente, o profissional a frente das aulas deve ter o mínimo de conhecimento de área e pedagógico e saber analisar os conteúdos que se encaixam em cada realidade, pois só assim terá êxito na condução do seu trabalho.

A respeito do que ensinar nas aulas de Educação Física, Daolio (2004, p. 7), afirma que:

Os atos de andar, correr, saltar, são atos da vida diária, da vida em sociedade, são traços da cultura que já inscreveu nos corpos estas ações. [...] Todavia, estes atos da vida diária foram codificados ao longo da história do homem em universo de saber: técnico, científico e cultural. Esta codificação sim poderá ser objeto de ensino da Educação Física. Por exemplo: o ato de andar será para a ginástica o conjunto de passos como, por exemplo, o "passo picado", "cruzado", "passo valsa", etc. [...].

Os planejamentos das aulas de Educação Física devem levar em conta as habilidades motoras, cognitivas e socioafetivas desenvolvidas durante os anos de vida do aluno, mesmo que de forma limitada. O fato das aulas serem baseadas em práticas físicas ou esportivas, onde se privilegia os alunos mais técnicos e não exaltam outros aspectos de suma importância para o desenvolvimento do indivíduo, contribui de forma significativa para a recusa das aulas por parte do restante da turma.

Os conteúdos a serem propostos nas aulas de Educação Física devem estar próximos do cotidiano dos alunos, pois desta maneira o professor terá condições de aproximar-se de aulas mais interessantes e atrativas.

De acordo com Oliveira (1996) citado por Darido (2003, p. 37):

(...) deixar a criança brincar como queira, como se jogar fosse algo da natureza biológica da espécie, que não necessita de suportes culturais. Assume-se, então, uma 'concepção' espontaneísta de educação que afasta o professor como figura de interação e interlocução, ou seja, como parceiro da criança em seu processo de desenvolvimento, ignorando que neste processo certas noções estão se construindo, ou antes, poderão se construir, desde que se cuide para a ocorrência disto.

Nessa mesma medida, Zabala (1998), utilizando-se do discurso de Sacristán e Gomez (1993), afirma que um conteúdo passa a ser valioso e legítimo quando goza do aval social dos que tem poder para determinar sua validade; por isso, a fonte do currículo é a cultura que emana de uma sociedade. Sua seleção deve ser feita em função de critérios psicopedagógicos, mas é preciso considerar, antes de tudo, a que ideia de indivíduo e de sociedade serve.

Assim, o que se espera da Educação Física enquanto disciplina é que ela contribua na formação integral do aluno. A disciplina deve promover conhecimentos que apresentem significado para os estudantes, que faça sentido para sua vida. A escola deve dar suporte para que o professor tenha condições de desenvolver estratégias para fazer com que o aluno compreenda o seu papel perante a sociedade. Como bem nos assegura Costa et al. (2009, p. 06), "[...] ao ensinar os conteúdos da Educação Física, o professor deve promover estratégias que contribuam para que o educando se compreenda enquanto sujeito atuante na sociedade por meio de seu movimento. Movimento esse que é constitutivo do sujeito e intencional, feito por nós, humanos, a todo instante".

Dessa forma, os atuais programas de ensino na Educação Física requerem uma reflexão sobre a corporeidade, onde os alunos devem se perceber como um corpo em movimento. Palma e Palma (2005, p. 91-94) consideram que:

[...] a Educação Física contribui no processo de educação escolarizada para a reflexão dos educandos sobre sua corporeidade, percebendo-se corpo, corpo possível e em movimento. Ou seja, a Educação Física traz como foco central de estudo para a educação o sujeito que se movimenta. Não é qualquer movimento, que já é campo de estudo de outras áreas de conhecimento presentes na escola. A Educação Física trata de um movimento construído, elaborado e reelaborado exclusivamente por seres humanos.

A Educação Física deve tratar do movimento pensado, elaborado e estruturado, de acordo com as necessidades apresentadas. É necessário que os alunos entendam o porquê e o para quê estão realizando determinadas atividades.

Assim, cumpre à disciplina contribuir para o entendimento do que é o corpo e o que é possível realizar a partir dele, ajudando a perceber-se como ser que se movimenta porque quer. Saber que para realizar até movimentos simples são necessários vários acontecimentos no corpo, desde aspectos fisiológicos até fenomenológicos. E para isso é necessário que haja um programa de ensino, respaldado (ou não) por livro didático – entendido enquanto material pedagógico e instância de concretização curricular.

3. REVISITANDO OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN) E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Definir os conteúdos que farão parte da trajetória curricular sempre foi um grande desafio para o professor de Educação Física, pois se sabe o quanto os currículos influenciam na formação da identidade tanto do professor quanto dos alunos. Os assuntos abordados, as metodologias aplicadas, as experiências trocadas, tudo isso implicará nas pessoas que se pretende formar; daí a necessidade discutida por diferentes setores do Estado e da sociedade civil da aplicação de um currículo base e da elaboração de livros didáticos para a disciplina.

Com o objetivo de auxiliar na construção da grade curricular dos estados e municípios, o Ministério da Educação e do Desporto publicou, a partir do ano de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Para Sousa e Fávero (2010), os PCN da Educação Física se constituíram num referencial teórico, buscando a reflexão sobre os conteúdos curriculares a nível nacional, estadual e municipal.

Como contribuição educacional, os PCN auxiliaram na organização pedagógica de algumas áreas de conhecimentos, refletida em princípios e dinâmicas: o princípio da inclusão, os temas transversais e as dimensões dos conteúdos (atitudinais, conceituais e procedimentais) (BRASIL, 1996).

Com relação às várias formas de exclusão existentes nas aulas práticas, o texto sugere que os professores, principalmente os mais tradicionais, escolham estratégias que favoreçam a inclusão, tornando-a um assunto corriqueiro e discutido dentro de suas aulas. Quanto às dimensões do conteúdo, a disciplina de Educação Física deve cumprir o papel de ensinar as práticas corporais, os cuidados com o próprio corpo, entre outras; deve incluir os seus valores como também o aluno deve saber o porquê está realizando determinado movimento. Da mesma forma, o documento ainda trata dos temas transversais, ou seja, questões importantes e presentes na nossa realidade social (ética, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo e pluralidade cultural).

Nesse sentido, a Educação Física na escola é entendida nos PCN como principal agente norteador da cidadania:

A proposta tem como base a consideração dos aspectos socioculturais dos educandos, de modo a atender as diferentes realidades encontradas em nosso país, haja vista que o referencial tem validade a nível federal, mesmo que por alguns Estados seja contestada a sua aplicabilidade. A proposta enquadra os conteúdos na perspectiva da cultura corporal de movimento, de maneira a

considerar as experiências e manifestações apresentadas pela clientela escolar local (SOUSA e FÁVERO, 2010, p. 01).

Pode-se dizer que os PCN abordam os conteúdos dentro da relação com a cultura corporal de movimento, respeitando as diferenças e as manifestações culturais dos alunos. Entretanto, a organização dos conteúdos no documento é concentrada em: a) Conhecimentos sobre o corpo; b) Esportes, jogos, lutas e ginásticas; e c) Atividades rítmicas e expressivas.

Apesar de fazer algum tempo desde sua elaboração em 1997, os PCN de Educação Física não surtiram muito efeito prático, devido alguns fatores, como o pouco conhecimento sobre a proposta por parte dos profissionais de educação e a continuidade dos professores da disciplina na sistematização dos conteúdos de acordo com suas preferências ou experiências, sendo elas boas ou ruins.

Com base nas necessidades sociais e diante das falhas pedagógicas dos PCN, em 2015, um grupo de estudiosos reuniu-se para a elaboração de uma base curricular que servisse para todo o país, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Aplica-se à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2017, p. 07).

Neste sentido vários autores discutem a necessidade do documento. Macedo e Fragella (2016, p. 15) afirmam que: "[...] Não é apenas no Brasil que o desejo de controle nacional dos currículos vem se manifestando. [...] Um segundo conjunto de pesquisas tem salientado que as intervenções via centralização curricular não dão bons resultados. Há muitos outros fatores prevalentes para a melhoria da educação".

Em contrapartida, há quem defenda que a BNCC pode ser um ponto de partida para a construção do currículo sem disparidades, cujos conteúdos são responsabilidade dos docentes e que estes deverão respeitar as particularidades dos alunos e sua cultura através dos direitos de aprendizagem. Entretanto, vale ressaltar que seria um erro atribuir à BNCC o conceito de currículo pronto e acabado, com o objetivo de padronização dos conteúdos. Dentre as suas diversas concepções, o documento deve ser encarado como um norte para a construção ou

reestruturação das propostas curriculares das instituições municipais, estaduais e privadas (BRASIL, 2017).

A implantação ou revisão da proposta curricular da Educação Física, mais que algo meramente formal e atrelado a sistemas de ensino, deve ser de responsabilidade dos docentes e da equipe pedagógica, que deve levar em consideração as particularidades da comunidade escolar, como bem assegura Neira e Souza Júnior (2016, p. 200): "[...] os conteúdos a serem trabalhados dependerão dos projetos pedagógicos de cada instituição [...]".

Os direitos de aprendizagem constantes na BNCC e relacionados aos movimentos corporais devem orientar os professores no seu planejamento e na definição dos conteúdos, permitindo-lhes desenvolver melhor seu trabalho pedagógico, como também oferecer-lhes condições para que tenham formações continuadas. Segundo Cossio (2014, p. 1578): "A proposta de uma base nacional pretende, segundo o governo, além de definir com mais clareza o que se espera que os alunos aprendam nas determinadas fases escolares, guiar o processo de avaliação e da formação de professores".

De acordo com o Guia da BNCC, a Base não é currículo e se diferencia dos PCN em vários aspectos: além de obrigatória, as instituições de ensino podem acrescentar elementos, mas não devem deixar de cumprir os direitos de aprendizagem contidos na Base. Como o próprio nome diz, o termo "base" é para ser aquilo que sustenta.

A BNCC é, portanto, o ponto de partida para a construção de um currículo, ao organizar e articular as habilidades a serem ensinadas ao longo da educação básica. Seu foco está em "o que ensinar", ou seja, nos conteúdos, nas competências e nas habilidades. A parte do "como ensinar" (metodologia e avaliação da aprendizagem), que também compõe um currículo, não entra no documento. Isso fica a cargo de redes, escolas e professores.

Vale salientar que apenas a BNCC não garantirá a almejada melhoria na qualidade da educação. Ela apenas servirá como um apoio para os profissionais e as instituições de ensino elaborarem, de forma coletiva, os seus próprios currículos, visando garantir os direitos de aprendizagem dos alunos. E isso importa para a Educação Física, pois, diante da diversidade de programas de ensino encontrada país afora, conforme Neira e Souza Júnior (2016), a determinação de um currículo mínimo pode ser positiva, no sentido de homogeneizar alguns conteúdos, mesmo que isso implique em discussões a respeito do paradigma a ser adotado: cultural, construtivista, desenvolvimentista, crítico superador...

4. O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Ao ser levantada a pergunta *O que é o livro didático?*, imediatamente vem à memória os livros escolares pertencentes às outras matérias (Matemática, Geografia, Filosofia, Língua Portuguesa), e mesmo assim não há uma definição adequada que justifique a sua importância para a maioria das disciplinas que compõem a grade curricular das escolas.

Fernandes (2004, p. 535) arrisca a seguinte definição sobre livro didático:

São publicações diversas, utilizadas em situações escolares por professores e/ou alunos para orientação, estudo, leitura e exercícios: compêndios, cartilhas, livros literários, paradidáticos, manuais de orientações para docente, caderno de desenho, tabuadas e coletâneas de mapas.

Os livros possuem uma longa história e tradicionalmente são utilizados na maioria das disciplinas, tornando-se fundamental na organização e estruturação do ensino. Todavia, como constatado na escolha do livro didático pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em todos os níveis e modalidades de ensino, a única disciplina do currículo obrigatório a não oferecer a possibilidade de escolha foi a Educação Física.

E essa falta do livro como material de apoio e opção programática gera uma situação negativa para a área e para o professor de Educação Física, como é visto logo abaixo com o resultado de uma pesquisa sobre as dificuldades encontradas por esse agente escolar:

Os resultados apontaram que elas passam principalmente pela falta de infraestrutura adequada para as aulas de Educação Física; falta de material didático; baixo status da disciplina perante as demais e indisciplina e falta de interesse dos alunos. Assim, discutir livro didático, como um dos principais materiais curriculares, é tocar num ponto que aflige diretamente o professor da área (GASPARI et al., 2006, p. 127).

Conforme citado acima, o professor de Educação Física enfrenta vários problemas em sua prática diária, e o livro didático seria um fator importante na tentativa de amenizar parte das limitações existentes nesta área.

O mais importante, contudo, é acelerar essa discussão, dando andamento à análise de projetos de médio e longo prazo que venham a contribuir na elaboração de um currículo para disciplina Educação Física. E para isso é preciso ter uma visão bem clara de quais objetivos se pretende alcançar e onde se deseja chegar.

A ausência dos conhecimentos básicos sobre o livro didático e a sua utilização adequada podem ocasionar em uma aceitação negativa. Sendo assim, Rodrigues e Darido (2010, p. 49):

Entendemos o livro didático como um material intimamente ligado ao processo de ensino aprendizagem, ou seja, elaborado e produzido com a intenção de auxiliar as necessidades de planejamento, intervenção e avaliação do professor, bem como de contribuir para as aprendizagens dos alunos.

Conforme citado acima, a adoção do livro didático trata-se inegavelmente de uma das maneiras de estabelecer uma ordem aos conteúdos que serão aplicados durante o ano letivo e por vários anos escolares. No entanto, seria um erro os professores utilizá-lo como única fonte de pesquisa na elaboração de suas aulas. Sobre isso, Freitag et al. (1989) afirma que o livro didático é usado de forma desaconselhável, com total dependência do material em mãos, e isso induz a pensar que o livro não serve aos professores como simples fio condutor de seus trabalhos, uma vez que assume o caráter de "critério de verdade" e "última palavra" sobre o assunto abordado.

O livro didático deve ser visto como um recurso e deve ser usado para auxiliar o professor em seus planejamentos, dando-lhe suporte para desenvolver aulas mais dinâmicas e atrativas. Não é exagero afirmar que o livro didático, se bem utilizado, diminuiria de forma significativa alguns problemas enfrentados pela disciplina dentro das instituições de ensino, como a repetição de conteúdos sem progressão na dificuldade ou no próprio aprendizado dos alunos. No entanto, é evidente que o professor, juntamente com o orientador pedagógico, deve entender a necessidade de se ter outras fontes de conhecimentos, para que, dessa forma, consigam produzir aulas que sejam condizentes com a necessidade dos alunos.

Neste sentido, o livro didático deve ser compreendido como um elemento norteador para um bom planejamento, destinado ao uso de professores como também de alunos, como afirma Munakata (2000) citada por Rodrigues e Darido (2011, p. 49):

[...] ler/usar o livro didático implica ao menos dois leitores permanentes (professor e aluno), sendo essa relação estrutural no livro didático, já que a ausência de um ou de outro descaracterizaria o material.

O entendimento sobre a criação e utilização adequada do livro didático pela disciplina depende da elaboração de um projeto que possua objetivos que estejam em acordo com o que se almeja alcançar nas aulas de Educação Física, ou seja, pressupõe-se a formação integral do cidadão. Para Rodrigues e Darido (2011), então, o fato das outras disciplinas possuírem há bastante tempo seus currículos sistematizados e divididos através de livros, por si só, permite a idealização da possibilidade de adoção por parte da área de Educação Física, visualizando,

em um futuro próximo, a diminuição ou talvez a extinção de qualquer dúvida sobre a importância ou o potencial da disciplina para a formação cognitiva, social e física dos alunos.

Deve-se enaltecer e intensificar esta discussão e torná-la presente no cotidiano, uma vez que essa adesão traria para Educação Física Escolar uma melhor organização dos conteúdos, respeitando vários aspectos, contribuindo de maneira consciente para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e críticos.

Legalmente, a Educação Física é considerada componente curricular obrigatório e área de conhecimento. Ela está na escola e é parte da escola. Na ótica de Teixeira (2006), tanto a LDB quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais atribuem à Educação Física valor igual às demais disciplinas, abandonando o entendimento de ser mera atividade prática destituída de intencionalidade educativa.

Conforme Choppin (2004) citado por Rodrigues e Darido (2011), fica evidente a necessidade de livros na Educação Física Escolar. Melhor: de sua consolidação no âmbito escolar, uma vez que há o reconhecimento de títulos, como *Educação Física & Desportos*, de Hudson Ventura Teixeira, além de outras obras pontuais, como o *Livro Didático Público* do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Paraná ou o *Livro Didático* do Ensino Fundamental da Rede Municipal de João Pessoa. O fato de ter tantas publicações destinadas a outras matérias só vem comprovar esta tese:

As demais disciplinas escolares contam com um número elevado de livros didáticos. [...] Para se ter uma ideia, no levantamento realizado pelo LIVRES, de 1990 até 2007, foram publicados 653 livros didáticos de História e 698 de Português; já em relação à Educação Física nenhum livro foi catalogado nesse período [...] (p. 51).

É necessário, pois, que se preste atenção ao “silenciamento” a respeito da produção do livro didático de Educação Física.

Contudo, deve-se entender que se criado/adotado, o livro didático não será a solução de todas as barreiras que se colocam diante da disciplina Educação Física na escola. Outros fatores existem e devem ser analisados, por exemplo, a falta de cumprimento das leis e normativas por parte de administradores (secretários de educação, gerentes regionais, gestores escolares) que ainda se utilizam dos seus cargos para delegarem a responsabilidade na condução das aulas de Educação Física a pessoas sem qualquer conhecimento na área; ou mesmo a necessidade de complementação de carga horária por parte dos professores, fazendo com que precisem atuar em outras áreas (cita-se professor de Matemática complementando

com aulas de Educação Física ou professor de Educação Física que precise completar a carga horária com aulas de Ciências).

Conforme verificado em pesquisas, poucos autores falam sobre a sistematização dos conteúdos na Educação Física. Daolio (2004) defende a necessidade do planejamento quando este é tomado como referência, e não como verdade absoluta; atualizado constantemente, construído e debatido até com os próprios alunos, relacionado com o projeto escolar, enfim, dinâmico e mutante, pode fazer uma significativa diferença, considerando-se algumas práticas no contexto atual.

É importante entender que a criação ou adoção de livros didáticos para a Educação Física Escolar não se daria da noite para o dia. Kunz (1994) entende que a elaboração de um programa mínimo poderia resolver a “bagunça” interna da disciplina, um programa de ensino baseado na complexidade e com objetivos definidos para cada ano escolar. Esse programa, disposto em livro didático, traria opções para o professor que, por exemplo, ministra um mesmo conteúdo, com a mesma complexidade, tanto para o 6º ano do Ensino Fundamental quanto para a 2ª série do Ensino Médio.

"[...] a Educação Física na escola deve sequenciar seus diversos conteúdos, e cada um deles precisa receber um tratamento periódico e integrado ao longo da etapa, levando em conta o nível em que os alunos se encontram, tanto no que se refere a aprendizagens prévias quanto ao desenvolvimento motor e afetivo, assim como às características dos próprios conteúdos, que devem ser graduados progressiva, qualitativa e quantitativamente. (ZABALA, 1999, p. 107).

Parece óbvio por tudo que foi dito, que há uma grande necessidade em apresentar um programa educacional e opções de livros didáticos para a Educação Física Escolar, mas pouco se tem, de fato, estabelecido. Sob o ponto de vista de alguns autores fica evidente o anseio em acabar com esta desorganização dentro da grade curricular da disciplina. Afinal, trata-se de uma questão que a colocaria de vez em grau de igualdade perante as demais disciplinas. Essa situação é, contudo, algo a ser bem analisado, mas, nesse caso, o que estaria acontecendo na verdade são diversas discussões que até o momento não dá a real ideia de onde vão chegar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão sobre a função social da Educação Física na escola se torna algo indispensável por parte da sociedade e da educação atual, afinal, enquanto disciplina, ela deve proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para o futuro dos alunos, sejam elas socioafetivas, motoras ou cognitivas. Respostas para os questionamentos da contribuição da disciplina sempre variam, mas nunca se tornam próximas de um consenso.

É através da Educação Física que o aluno pode desenvolver o raciocínio, aprender a planejar, exercitar a memória e a linguagem. Ele poderá também aprender a respeitar o próprio corpo e reconhecer a importância de ser saudável, aumentando a sua autoestima e o equilíbrio emocional. Além do benefício para si próprio, as aulas de Educação Física devem levar o aluno a lidar com as frustrações (saber ganhar e perder), respeitar o próximo, trabalhar em equipe e relacionar-se de maneira saudável com todos que fazem parte da comunidade escolar e extraescolar.

Para proporcionar esses conhecimentos, é necessário que o professor tenha em mãos um vasto material didático para pesquisa e instrução; porém, infelizmente, esse é um dos muitos problemas enfrentados pela área no âmbito escolar. A falta de livros didáticos específicos da área e de um currículo elaborado na escola são fatores que determinam a desvalorização da disciplina.

A utilização de livros didáticos, os quais devem ser escolhidos a partir de indicadores definidos através de programa educacional (no caso, ligados ao PNLDD), auxiliará professores e coordenadores em seus planejamentos diários, bimestrais e anuais, permitindo, assim, um ensino-aprendizagem de forma sistemática e organizada, com a definição de assuntos que possam dar aos estudantes condições para o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, socioafetivas e físicas.

No entanto, não só a elaboração de um currículo, nem tampouco a adoção de livros didáticos resolveriam os problemas da Educação Física Escolar. Se não forem levados em consideração outros aspectos (que afligem a educação como um todo), como a participação da família, uma melhor remuneração para os professores, a valorização dos profissionais com formações continuadas, a adequação de materiais didáticos e o investimento em uma melhor infraestrutura dos espaços de ensino, pouco será feito pelos sistemas educacionais e políticas públicas para a oferta de plenas condições de aprendizagem na sala de aula.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (9394/96). Brasília: Ed. Brasil, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: Imprensa Oficial, v. 7, 1997.

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação Física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.1, n.1, p. 73-81.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, SP, v.30, n.3, p.549-566, 2004.

CAPARROZ, F. E. Discurso e prática pedagógica: elementos para refletir sobre a complexa teia que envolve a educação física na dinâmica escolar. In. CAPARROZ, F. E. (Org.). **Educação Física escolar: política, investigação e intervenção**. Vitória: Proteoria, 2001.

CÓSSIO, M. F. Base comum nacional: uma discussão para além do currículo. **E-curriculum, Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo**, PUC-SP, v. 12, n. 3, 2014. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21669> Acesso em 15 jul 2017.

COSTA, A. L. da; PEREIRA, V. L.; TEIXEIRA, A. P.; PALMA, V. **O papel da Educação Física enquanto disciplina escolar**. In: 4º Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigocomoral12.pdf> Acesso em: 15 jul 2017.

DAOLIO, J. **Educação Física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2004.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

FERNANDES, A. T. de C. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. **Educação e Pesquisa**, SP, v.30, n.3, p.531-545, 2004.

FREITAG, B.; COSTA, W. F.; MOTA, R. V. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

HÖFFLING, E. M. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 70, p. 159-170, abr. 2000.

GASPARI, T. C.; SOUZA JUNIOR, O.; MACIEL, V.; IMPOLCETTO F. M.; VENÂNCIO, L.; ROSÁRIO, L. F.; IÓRIO, L.; TOMAZZO, A.; DARIDO, S. C. A realidade dos professores de Educação Física na escola: suas dificuldades e sugestões. **Revista Mineira de Educação Física**, v. 14, p.109 - 137, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KUNZ, E. **Transformação didáticopedagógica do esporte**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1994.

MACEDO, E.; FRANGELLA, R. C. Apresentação - políticas de currículo ou base nacional comum: debates e tensões. **Educação em Revista**, vol.32, n. 2, Belo Horizonte, abr/jun 2016 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000200013 Acesso em 15 jul 2017.

MUNAKATA, K. Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das ideias à materialidade. In: VI Congresso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana. San Luis Potosí. **Anais do VI Congresso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana**, ISBN 998-7727-87-X, 2003.

NEIRA, M. G.; SOUZA JÚNIOR, M. A Educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 188-206, set 2016.

PALMA, J. A. V. **A educação continuada do professor de Educação Física: possibilitando práticas reflexivas**. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 2001.

PALMA, Â. P. T. V.; PALMA, J. A. V. O ensino da Educação Física: princípios fundamentais para uma relação pedagógica construtivista na educação infantil e ensino fundamental. **Fiep Bulletin**, Brasil, v. 75, n. Special Ed, p. 91-94, 2005.

RODRIGUES, H. A.; DARIDO, S. C. O livro didático na Educação Física escolar: a visão dos professores. **Motriz**, Rio Claro, v.17 n.1, p.48-62, jan./mar. 2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/motriz/v17n1/a07v17n1> Acesso em 15 jul 2017.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ PÉREZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUSA, D. P.; FÁVERO, M. T. Educação Física na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental. **EFDeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, año 15, n 147, ago 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd147/educacao-fisica-na-perspectiva-dos-parametros-curriculares-nacionais.htm> Acesso em 15 jul 2017.

TEIXEIRA, A. **A Educação Física do Colégio Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Colégio Santo Agostinho, 2006.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.